



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Cirlei Pozza Bressan

**Constantina, RS, Brasil
2009**

AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

por

Cirlei Pozza Bressan

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof^a. Andréa Tonini

Constantina, RS, Brasil

2009

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

elaborada por
Cirlei Pozza Bressan

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Ms. Andréa Tonini – UFSM
(Presidente/Orientadora)

Dr^a Maria Alcione Munhóz – UFSM

Dr. João Luis Pereira Ourique – UFPel

Suplente: MS. Rosane Maria Pietrobelli Nath – SMEC/Constantina

Santa Maria, 08 de agosto de 2009.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

AUTORA: CIRLEI POZZA BRESSAN

ORIENTADOR: ANDRÉA TONINI

Data e Local da Defesa: Constantina/RS, 08 de agosto de 2009.

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente a qual deve acompanhar passo a passo o processo de ensino aprendizagem, a fim de constatar progressos e ou dificuldades, reorientando o trabalho pedagógico para as mudanças necessárias. Deve contemplar um caráter construtivo, visando atingir os critérios educacionais propostos em qualquer momento do processo de aprendizagem. A presente pesquisa pretende especificar os limites e as possibilidades de se desenvolver no contexto escolar, uma avaliação qualitativa e mediadora, com o intuito de transformá-la em um processo progressivo, inclusivo e diagnóstico capaz de contribuir na transformação social dos educandos e educadores. Dessa forma, realizou-se um estudo bibliográfico, buscando em vários autores melhor compreender a temática da Avaliação no contexto escolar. Em seguida, efetuou-se uma pesquisa de campo para compreender melhor a relação entre o escrito, o dito e o feito. Essa pesquisa obteve dados com o corpo diretivo, educadores e educandos das seis escolas da Rede Municipal do município de Constantina – RS. Contemplando seis diretores, doze educadores e vinte e quatro educandos. No decorrer da pesquisa, percebeu-se que, para a equipe diretiva e para a maioria dos educandos e educadores a avaliação é parte de um processo contínuo de ação x reflexão x ação. Portanto o ato de avaliar, não é um ato sobre alguma situação, pessoa ou objeto, é sim um processo contínuo agregado a critérios claros e precisos para diagnosticar com maior nitidez o processo educativo, tornando a avaliação um ato dinâmico que imprime uma direção às ações do educador e do educando.

Palavras-chave: Educação. Ensino. Avaliação.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

EVALUATION IN THE SCHOOL CONTEXT

AUTHOR: CIRLEI POZZA BRESSAN

ADVISER: ANDRÉA TONINI

Data e Local da Defesa: Constantina/RS, 08 de agosto de 2009.

The evaluation is a didactical tool, necessary and permanent which has to follow step by step the teaching-learning process in order to check out for progress or difficulties, orienting the pedagogical work for the necessary changes. It has to have a constructive character, aiming at the educational criteria proposed in any moment of the learning process. The present research aims at specifying the limits and the possibilities of developing, in a school context, a qualitative and mediatory evaluation, with the intention of making into a progressive process, inclusive and diagnostic, able to contribute to the social transformation of teachers and students. This way, one carried out a bibliographical study, searching in many authors a better understanding of the evaluation theme in the school context. Following this, one made a field research in order to better understand the relation among what is written, said and done. This research obtained data from the management staff, teachers and students of the six schools of the municipal net in Constantina-RS, in a total of six principals, twelve teachers and twenty-four students. During the research, one realized that, for the management staff and the majority of the students and teachers the evaluation is part of the continuous process of action x reflection x action. Thus, the act of evaluating, is not an act about a situation, person or object but a continuous process aggregated to clear and precise criteria to diagnose with better the education process, making the evaluation a dynamic act that give a direction to the actions of the teacher and the student.

Key words: Education. Teaching. Evaluation.

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Consentimento informado.....	35
Anexo B – Questionários para os diretores.....	36
Anexo C – Questionários para os educadores.....	37
Anexo D – Questionários para os educandos.....	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 Justificativa e objetivos.....	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1 Avaliação formativa e emancipatória.....	13
2.2 Avaliação Diagnóstica.....	15
2.3 Avaliação enquanto processo.....	17
2.4 Avaliação: responsabilidade do coletivo.....	18
2.5 Avaliação: instrumentos e concepções.....	19
3 METODOLOGIA.....	22
4 COERÊNCIA ENTRE O DITO, O ESCRITO E O FEITO NO CONTEXTO AVALIATIVO.....	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	33
ANEXOS.....	35

1 INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa e objetivos

A presente monografia apresenta uma reflexão sobre a Avaliação no Contexto Escolar, como trabalho de conclusão do Curso de Pós – Graduação *Latu Sensu* em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria no período de janeiro de 2008 a julho de 2009.

A escolha do tema dessa pesquisa deve-se a necessidade de compreender a avaliação como parte de um processo de ação x reflexão x ação, capaz de incluir educandos e educadores, percebendo a complexidade do ato avaliativo e as implicações sócio-pedagógicas para o processo ensino-aprendizagem.

Nesta perspectiva da necessidade de compreender a avaliação como parte desse processo, constitui uma minuciosa análise de reconstrução do significado teórico x prático a partir da problematização de novas crenças em educação, numa perspectiva construtivista e libertadora capaz de incluir educando e educadores no processo.

Outro aspecto importante, que se destaca nesta pesquisa, diz respeito ao desejo de avançar na avaliação processual, compreendendo inclusive os fatores sociais que interferem no processo de transformação.

A avaliação é um processo abrangente da existência humana que possibilita uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos e atingir as metas propostas, entendidas como a mútua coordenação dos pontos de vista e das ações (PIAGET, 1984).

O grande desafio que norteia a perspectiva mediadora da avaliação é, principalmente, a tomada de consciência coletiva dos educadores sobre sua prática no processo de construção do conhecimento do educando numa postura epistemológica que privilegie o entendimento e não a memorização, direcionando a ação avaliativa no caminho das relações dinâmicas e dialógicas em educação.

Deixar florescer as possibilidades de reorganização conjunta do saber no grupo de sala de aula, transformando o ato avaliativo em um momento prazeroso, de

descoberta, de trocas de conhecimento e crescimento contínuo, entendendo que a função do educador é de organizador/mediador, contribuindo na ampliação de suas descobertas.

Um educando pode ter nota, passar de ano com louvor e não saber o conteúdo da matéria. Acertar nas provas nem sempre significa que o educando aprendeu, assim como, errar nem sempre significa que ele não estudou e não aprendeu. A educação precisa modificar sua visão de si própria. É preciso educar para a vida, não para a nota.

Para tanto, uma avaliação que acompanha o processo individual de cada educando, além de ajudá-lo servirá para o educador organizar melhor suas práticas futuras e adaptar seu programa de trabalho à realidade do dia-a-dia, durante o ano escolar. O educando precisa ter consciência que avaliação é um ato contínuo a tudo o que se faz e a auto-avaliação é tão importante quanto para uma reflexão crítica sobre o próprio trabalho.

Este trabalho tem como principal objetivo especificar os limites e as possibilidades de se desenvolver no contexto escolar, uma avaliação qualitativa e mediadora, com o intuito de transformá-la em um processo progressivo, inclusivo e diagnóstico capaz de contribuir na transformação social dos educandos e educadores. Também pretende-se: conhecer e identificar os critérios relevantes no processo avaliativo para educadores e educandos; analisar qual é a concepção dos educadores e educandos sobre o processo de avaliação; verificar até que ponto o educador e educando percebem a avaliação como privilégio de competição e seleção e ao de investigação e diagnóstico para a ação x reflexão x ação, numa perspectiva de crescimento coletivo e individual.

O trabalho monográfico será apresentado em capítulos, sendo: O primeiro capítulo aborda um estudo bibliográfico onde foram coletados dados em livros e revistas da área, buscando em vários autores compreender melhor a temática da avaliação da aprendizagem no contexto escolar. O segundo capítulo elenca como foi efetuada a pesquisa de campo, pois entende-se que esta possibilita uma maior aproximação e compressão da realidade. No terceiro capítulo foi estabelecida uma relação entre teoria e prática, apresentou-se o relato das discussões sobre a avaliação escolar, com falas de educadores, educandos e reflexões de alguns autores. E, para concluir, o quarto capítulo versa sobre as considerações finais da pesquisa apresentada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No decorrer das últimas décadas, a avaliação vem sendo objeto de estudo, reflexões e pesquisas na busca de alternativas em prol da solução de problemas e polêmicas da prática escolar.

Falar sobre avaliação é uma tarefa difícil por gerar controvérsias entre educandos, educadores, diretores, especialistas e demais segmentos ligados direta ou indiretamente ao processo ensino-aprendizagem.

Refletir sobre avaliação é fazer uma revisão histórica da sua trajetória na escola como instituição. Primeiramente é indispensável situar-se no tempo: virada de milênio, avanços que a escola obteve, que não se encontram um número tão grande assim de mudanças. A escola simplesmente não acompanhou o tempo e conseqüentemente a avaliação também não.

É interessante lembrar como era a avaliação nos tempos jesuíticos. Segundo Luckesi (1998), os jesuítas (século XVI) nas normas para a orientação dos estudos escolásticos, tinham uma atenção especial com o ritual das provas e exames. Eram solenes essas ocasiões seja pela constituição das bancas examinadoras e procedimentos de exames, seja pela comunicação pública dos resultados.

Este exemplo serve para constatar como a avaliação se encontra enraizada aos tempos remotos, onde era intimamente ligada a punições, ao castigo, à vergonha e à frustração. Nos tempos atuais se interrogar alguns educadores sobre a questão avaliativa, muitos, certamente, concordarão com esta postura. Que não cause surpresa atitudes dessa ordem. Grande número de educadores ainda considera o processo avaliativo desse modo.

Na verdade, a avaliação não significa nada mais do que a verificação da validade e da eficácia de uma proposta de ensino desenvolvida em qualquer escola, caracterizando-se, portanto, como recorte de uma sociedade excludente, onde avaliar consiste em dar nota, aprovar ou reprovar.

Lamentavelmente, a avaliação vem sendo utilizada como instrumento de controle social, pautada numa concepção positivista, preocupa-se em enquadrar os educandos, definindo tempos e espaços e desconhecendo o ritmo de aprendizagem

de cada um. Parece ser compreendida somente como prática social que tem um papel importante na perpetuação de um modelo de sociedade excludente, e é neste sentido que os educadores precisam entendê-la. Querer perpetuar ou transformar? Punir ou incentivar? Promover ou levar ao fracasso? Estas são perguntas fundamentais ao avaliarem-se os educandos.

Para haver uma mudança de paradigma em avaliação, é necessário analisar brevemente o que compete à exclusão e o que compete à democratização. O quadro a seguir, adaptado de Vasconcellos (1998, p. 21), apresenta um paralelo entre as duas instituições (de exclusão/de democratização) bastante esclarecedor.

Paradigma	Exclusão	Democratização
Visão de homem	Ação do educador prêmio castigo	Ação do educador Valores
Visão de sociedade	Escola para alguns	Escola para todos
Visão de educação	Educar = Condicionar	Educar = Formar
Visão de conhecimento	Conhecer = justapor	Conhecer = interagir
Visão de aprendizagem	Aprender = repetir/memorizar	Aprender=mobilizar/ construir/expressar
Metodologia	Aula expositiva	Aula participativa e interativa
Visão de qualidade	Educação formal	Educação Formal e política (bem público)
Perspectiva	Conservadorismo	Transformação
Avaliação	Aprovar/não aprovar	Perceber necessidades/superar-se
Grau de consciência	Opção não-necessária	Opção firme

Como incluir sem modificar a lógica imposta? Certamente não será possível. Para isso o educador precisa conhecer, participar, elaborar, incumbir-se do processo político pedagógico da escola onde trabalha. Independentemente da filosofia da mantedora, deve postar-se como um cidadão crítico que analisa e define se a proposta é a mais adequada frente aos seus valores. Sem esta análise crítica, e simplesmente executado o que lhe é colocado, o educador não passará de mero tarefeiro e, para isto, nos tempos atuais, muitos outros profissionais se dispõem a sê-lo.

O problema maior é a padronização que se impõe aos educandos. São vistos como iguais e, desta maneira, não há respeito pelo processo de construção individual. A princípio rotula-se a todos como se imagina que deveriam de ser, ou como se prefere acreditar, para não ser preciso lidar com a diversidade e as diferenças particulares.

Atualmente, muito se tem investido e pensado sobre avaliação e o papel do educador neste processo. Acredita-se que a questão principal não está centrada somente na avaliação, mas no modo como o educando aprende. É preciso desapegar a cultura enraizada no conteúdo e no ano letivo com tempo pré-determinado e finito para que a aprendizagem ocorra.

Respeitar o ritmo individual é demonstração de respeito ao educando. Não se pode apressar e impor um ritmo além da aquisição estanque de conhecimentos.

Percebe-se o avaliar e, portanto o educar como um processo de inclusão e, sendo assim, torna-se um ato amoroso como na opinião de Luckesi (1998, p. 171-173):

O ato amoroso é aquele que acolhe a situação, na sua verdade (como ela é). Assim, manifesta-se o ato amoroso consigo mesmo e com os outros. O mandamento “ama o teu próximo como a ti mesmo” implica o ato amoroso que, em primeiro lugar, inclui a si mesmo e, nessa medida, pode incluir os outros. O ato amoroso é um ato que acolhe atos, ações, alegrias e dores como eles são; acolhe para permitir que cada coisa seja o que é, neste momento. Por acolher a situação como ela é, o ato amoroso tem a característica de não julgar. Julgamentos aparecerão, mas, evidentemente, para dar curso à vida (à ação) e não para excluí-la. Defino a avaliação da aprendizagem como um ato amoroso, no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo.

O avanço na cultura avaliativa supõe a transformação da avaliação em um ato amoroso, compartilhado e eficaz, por meio do qual educadores e educandos possam encontrar caminhos para o aprimoramento contínuo dos processos e resultados de aprendizagem.

Assim sendo, a avaliação da aprendizagem escolar auxilia o educador e o educando na sua viagem comum de crescimento, e a escola na sua responsabilidade social. Educador e educando, aliados, constroem a aprendizagem, testemunhando-a a escola, e esta à sociedade. A avaliação da aprendizagem neste contexto é um “ato amoroso”, na medida em que inclui o educando no seu curso de aprendizagem, cada vez com qualidade mais satisfatória, assim como na medida em que o inclui entre os bem-sucedidos, devido ao fato de que esse sucesso foi

construído ao longo do processo de ensino aprendizagem, sendo que o sucesso não vem de graça (LUCKESI, 1998).

A construção, para efetivamente ser construção, necessita incluir, seja do ponto de vista individual, integrando a aprendizagem e o desenvolvimento do educando, seja do ponto de vista coletivo, integrando o educando como um todo na sociedade.

2.1 Avaliação formativa e emancipatória

Entende-se por avaliação um processo contínuo visando sempre o conhecimento intelectual e humano, fazendo uso dos mais diversos instrumentos e acontecendo simultaneamente com o ensinar e o aprender. Isso significa que dia após dia, através do ano letivo, devem ser feitas apreciações contínuas e constantes tanto pelos educandos como pelos educadores. Não deve haver horas específicas de avaliação. Só um trabalho contínuo proporciona uma avaliação segura.

Para Gadotti (1995), conhecimento é um processo de descoberta coletiva, mobilizada pelo diálogo entre educador e educando. O educador deve ser mediador comprometendo-se de libertar a pessoa de pré-conceitos, impulsionando-o para a transformação.

Daí a visão que se tem de que avaliar o educando é vê-lo como um todo individual, englobando em si aspectos qualitativos e quantitativos. Por isso, a avaliação não julga somente o processo do educando, vai além, julga a forma de proceder do corpo docente em relação ao processo ensino-aprendizagem e seus elementos básicos, tais como: objetivos, metodologias, conteúdo programático e a avaliação. Além da motivação, coleta de dados, participação da família e do educador como condutores do processo.

Como diz Oliveira (1999, p. 46), “não podemos esperar milagres, é preciso trabalhar. Já não faltam prédios e educadores. Faltam educadores, capazes de fazer educação, para formar cidadãos capazes de exercer direitos e respeitar deveres”.

A avaliação formativa ajuda a perceber os avanços e as dificuldades de manifestação ao longo do processo, podendo ser sanadas ou refeitas a tempo sem prejudicar o educando. Sua função é de informar sempre o que está acontecendo,

sendo esta informação mais que descritiva, deve ser realmente avaliativa, para então serem tomadas as decisões necessárias. Portanto, não se pode usar o erro de um educando como fonte de castigo, mas sim para um diagnóstico, onde se pode ajudar esse educando em sua dificuldade. Se nossa atitude fosse castigo o educando não teria a menor chance de crescer, assim, perde-se a oportunidade de serem educadores.

A avaliação deve ser um processo contínuo, no qual o educando aprende tendo o educador como organizador de situações didáticas que proporcionam a formação integral, melhorando cada vez mais a aprendizagem. Esse modo de avaliar só será possível se considerados os diferentes níveis de compreensão e acompanhamento dos educandos. Isto é, cada educando deverá ser avaliado de acordo com seu nível de aprendizagem, realizando os ajustes que se fizerem necessários, permanentemente.

Uma avaliação formativa digna visa dar ao educador, nem mais nem menos, informações do que ele necessita para intervir eficazmente na aprendizagem de seus educandos. Um educador deve ter meios de construir seu próprio sistema de observação, de interpretação em função de sua concepção pessoal do ensino, dos objetivos, do contato didático do trabalho escolar. Uma prática da avaliação formativa supõe um domínio do currículo e dos processos de ensino e de aprendizagem em geral.

Para Perrenoud (1999, p.103), “é formativa toda a avaliação que ajuda o educando a aprender e a se desenvolver, ou melhor, que participa da regulação das aprendizagens e do desenvolvimento no sentido de um projeto educativo” (PERRENOUD, 1999, p. 103).

Os pressupostos teóricos da avaliação emancipatória privilegiam o modelo multidisciplinar, levando em consideração os fatores econômicos, sociais, políticos e demais contribuições de outros campos do conhecimento. Esse enfoque epistemológico que apóia essa abordagem expressa-se no processo dialógico. É no e com o diálogo que o homem constrói seu pensamento crítico e também sua capacidade para gerá-lo. Para Freire (1996) esse diálogo é condição para uma verdadeira educação a qual emancipa.

A avaliação emancipatória possui dois objetivos básicos: - iluminar o caminho da transformação; beneficiar as audiências no sentido de torná-las

autodeterminadas. Tem-se assim, proposta a decisão democrática, a emancipação, a transformação e a crítica educativa.

Da mesma forma numa decisão democrática é primordial o engajamento responsável de todos os envolvidos com um determinado programa, bem como, as decisões a serem tomadas, tendo a humildade de contemplar e respeitar as diferentes formas de manifestações. Em um programa educacional ou social é preciso estar realizando a sua avaliação constantemente, bem como, a atuação dos envolvidos no processo, dando dimensão ao mesmo sem considerar o produto, perfazendo assim, os objetivos da avaliação emancipatória.

2.2 Avaliação Diagnóstica

A avaliação é um dos meios pelo qual pode-se conhecer os educandos. Ela permite acompanhar os seus passos no dia-a-dia. Descreve as trajetórias, seus problemas e suas potencialidades, favorecendo que o trabalho de ensino-aprendizagem se dê de forma coerente com os objetivos e desejos de educadores e educandos. Portanto, ela é diagnóstica, dando a idéia do material humano que se tem, das expectativas criadas ou do que pode-se fazer para provocá-las quando existe clima de apatia.

Mostra os conhecimentos que a turma já acumulou e os que ainda não dominam e assim as possibilidades de projetos a serem desenvolvidos. Diagnóstica, em todo o decorrer do processo, que depende de diálogo, que não se configura como instrumento legítimo sem essa premissa. Mesmo o médico, ao examinar seu paciente, não pode ter uma opinião unilateral e tomar medidas sem o histórico do seu paciente, suas sensações, suas impressões, suas opiniões, para prosseguir com um tratamento. A Avaliação, na sua forma, é fruto de negociações e cumplicidade dos seus autores, A auto-avaliação é sinal de democracia nas relações escolares.

Outro instrumento que tem sido muito utilizado em nossa rede de ensino e em muitas outras é o da auto-avaliação. Também ainda há várias formas de se entendê-la. De certa forma ela vem acompanhada de um movimento que vem de fora da

escola: o movimento da participação, do exercício da democracia, ou seja, há uma pressão para que todos expressem suas opiniões.

O educando não aceita mais passivamente julgamentos daqueles que ele considera um mediador, que opera de forma horizontal, quer dizer, quer dividir (participar) com o seu educador aquela informação prevista na sua história escolar e que o acompanhará por toda a sua vida. Muitas vezes, isto não é bem visto pelos educadores, pois afeta sua autoridade, seu território, seu domínio.

A auto-avaliação tem sido utilizada em muitas escolas de diversas formas e com várias finalidades. Através de questionários, de conversas no coletivo, de entrevistas individuais. Pretende-se que ela ajude o educando a criar senso de responsabilidade, o faça exercitar a capacidade de autocrítica, que o incite a refletir sobre sua conduta. E este é realmente o papel da auto-avaliação.

Todavia, assiste-se a distorções na aplicação desse instrumento, ou pelo menos a contradições. Não raramente, as opiniões dos educandos registradas sob diversas formas (notas, conceitos, relatórios descritivos, etc) são contestadas pelos educadores, que tendo os boletins e os livros de aproveitamento escolar (diários de classe) nas mãos, optam por "interpretar" a opinião do educando com seus critérios, seus "olhos". Assim, o que deveria ser espaço livre do exercício democrático da construção de valores, da autonomia e da responsabilidade, se transforma numa batalha de opiniões que gera clima de desconfiança nessa relação.

O que passa pelo entendimento dos educandos é que a auto-avaliação não passa de engodo. O educador, considerando que os educandos não estão preparados para serem "honestos" em sua auto-avaliação, desconfia de qualquer opinião que estes possam emitir. Ninguém educa, ninguém se educa e, a auto-avaliação se empobrece, perde seu fim, não se justifica como elemento construtivo da aprendizagem.

2.3 Avaliação enquanto processo

A maior dificuldade que se tem hoje na discussão sobre a avaliação, é enxergá-la como um componente do processo. A ideia de processo não é fácil de ser assimilada. Porém, é o seu entendimento que determina o quanto se pode compreender sobre os vários aspectos e as várias dimensões que a avaliação possui. É preciso discutir a palavra, o que se entende por ela, que imagens ela sugere. Pode significar para muitos, uma linha reta com percurso definido, tempo definido, tamanho estipulado.

Pode significar também um caminho cheio de variáveis, sem pontos de paradas preestabelecidos.

Muitas vezes, na crítica à avaliação tradicional, estabelece-se uma dicotomia entre o processo e o produto. Ora, considera-se o produto também é importante. O que se vislumbra é avaliar o produto no processo.

A Avaliação não pode ser fechada aos novos elementos que surgirão no decorrer do caminho. Os pesos e as medidas terão que ser relativizadas. Os educandos, principais personagens, terão que ser tratados como integrantes desse processo. Deverão ter seus espaços garantidos, tanto no que diz respeito aos seus direitos, mas com igual importância quanto as suas obrigações, pois eles também são partes do mesmo.

O educando deve saber como está sendo avaliado, de onde irá surgir a nota ou conceito, deixar claro os critérios e procedimentos adotados. Quando o educador, logo no início do ano letivo explica como irá se dar o processo, também para os pais, e depois segue o que foi estabelecido, não tem muitos problemas em relação a forma de avaliar.

A avaliação deve adquirir um caráter inovador. Se o processo de construção do conhecimento vinculado e transformado por vivências e conhecimentos construídos anteriormente como se pode considerar válida uma avaliação única e igual para indivíduos com conhecimentos e vivências diversas?

A avaliação deve ser contínua. Devem ser avaliados não só os resultados dos objetivos propostos em cada atividade, mas também as hipóteses que os educandos constroem e as reflexões que fazem sobre elas. A avaliação não pode mais estar limitada ao caráter numérico, de notas.

À medida que essa avaliação contínua vai traçando os perfis dos educandos, novos objetos de conhecimento podem ser apresentados pelo educador. O trabalho de sistematização deve ser também contínuo, já que um conhecimento é pré-requisito na construção do novo.

2.4 Avaliação: responsabilidade do coletivo

Refletir sobre a avaliação, percorrendo os caminhos nos quais ela se constitui cotidianamente, como parte de um processo coletivo, dinâmico e complexo realizado por pessoas com diferentes desejos, práticas e possibilidades é, sem dúvida, um grande desafio.

Neste sentido, a avaliação vai sendo constituída como um processo que indaga os resultados apresentados, os caminhos percorridos, os percursos previstos e as relações estabelecidas entre pessoas, saberes, informações, fatos e contextos.

Olhar para a sala de aula real exige a reconsideração desses aspectos, onde a heterogeneidade possa expressar num movimento simultâneo, individual e coletivo em que o espaço ordenado e o processo previsto sejam freqüentemente atravessados pela desordem aos padrões demarcados.

Para Briggs & Peat (1994, p. 52) “A turbulência surge porque todos os componentes de um movimento estão conectados entre si, e cada um deles depende de todos os demais, e a realimentação entre eles produz mais elementos”.

Sendo parte de um processo que exige de todos uma contribuição, a avaliação exige co-participação, exige comprometimento, auto-avaliação dos que vivem esse processo, análise crítica das ações que facilitam e orientam o replanejamento, a elaboração e desenvolvimento de projetos coletivos e acima de tudo o aprimoramento das relações escolares.

Se o cotidiano é o maior horizonte da avaliação, a configuração do sistema educacional é um emaranhado de fatores burocráticos. Existem leis, pareceres, resoluções que regem a organização do ensino nas escolas, existem regimentos e determinações que regem a ação do educador na sala de aula, existem as exigências dos educadores aos educandos decorrentes dessa configuração. Tomar consciência desse jogo de poder é essencial à reconstrução do significado da avaliação. Não é o especialista em gabinete, afastado da docência e do contexto da sala de aula, que terá

condições de conduzir estudos avaliativos inovadores. É a partir da ação coletiva e consensual dos educadores que isso poderá acontecer (HOFFMANN, 2005, p. 90).

Avaliar se configura, portanto, numa atitude eminentemente política e humana. Só tem sentido, na educação, se for utilizada para proporcionar a todos conhecimento do mundo, propiciar prazer e favorecer a autodescoberta nos seres humanos.

2.5 Avaliação: instrumentos e concepções

Compreender e reconduzir a avaliação numa perspectiva construtivista e libertadora exige uma ação coletiva nas escolas e demais sistemas educacionais, no sentido de uma profunda revisão de significado político relativo às exigências burocráticas dos sistemas municipais, estaduais e federais de educação, tendo em vista a problemática que configura-se na medida em que se amplia a contradição entre o discurso e a prática dos educadores.

Segundo Hoffmann (1998, p. 24),

embora os educadores ainda relacionem estreitamente a ação avaliativa a uma prática das provas finais e atribuições de graus classificatórios (coerente a uma concepção sentenciva), criticam eles mesmos o significado dessa prática nos debates em torno do assunto, concebendo a ação avaliativa como um procedimento que se resume a um momento definido do processo educativo, ocorrido a intervalos estabelecidos e exigidos burocraticamente, ou seja, reduzam a avaliação a uma prática de registro de resultados acerca do desempenho do educando em um determinado período do ano letivo.

Alguns educadores defendem o sistema tradicional de avaliação argumentado que nas propostas alternativas que têm sido tentadas, o educando não estuda. Isto até pode acontecer, em função do condicionamento histórico do educando. Todavia é necessário considerar que o tradicional também não adianta, posto que o educando só estuda para o exame, havendo uma grande diferença entre “estudar” e “estudar” para a prova; comumente os educadores se confundem, pois acham que como o educando está estudando para a prova, haveria garantia de seu aprendizado.

Na verdade, acompanhando esta prática, pode-se perceber que este estudo é fictício, pois tem uma intencionalidade, o educando não está se debruçando sobre o objeto para compreendê-lo nas suas múltiplas e complexas relações, mas está buscando uma estratégia para obter a nota, sendo extremamente comum o recurso à memorização mecânica. Evidencia disto é que logo depois da prova, o educando “esqueceu” tudo. Pode acontecer que por medo o educando estude, mas por este medo, não assimila o que estuda (PENNA FIRME, 1994, p. 61).

A questão central está em outro lugar: trata-se de garantir o envolvimento do educando com a proposta pedagógica para que venha a aprender de fato. O estímulo do educando para estudar deve vir fundamentalmente do seu envolvimento com a proposta de trabalho e não através da ameaça via avaliação autoritária.

Segundo Vasconcellos (1998), há uma relação intrínseca entre ensino e avaliação: não dá para ensinar sem avaliar. Se o conhecimento novo se dá a partir do conhecimento prévio, a primeira coisa a fazer é avaliar o conhecimento anterior dos educandos. Neste sentido a avaliação está profundamente imbricada no processo de aprendizagem.

Para construir conhecimento, o educador tem, portanto, que estar avaliando o tempo todo: se não sabe o que o educando sabe (e como sabe), como pode interagir para construir? Se não tem acesso ao anterior, como construir o novo? Assim, considerando que o conhecimento novo se dá a partir do prévio, há necessidade do educando se expressar e do educador acompanhar esta expressão para poder com ela interagir, favorecendo sua elaboração em níveis mais abrangentes e complexos. A avaliação vai se incorporando no próprio trabalho de sala de aula, pois o melhor método de avaliação é o método de ensino, tendo em vista que a maneira como o sujeito aprende facilita a aprendizagem porque o capacita a continuar aprendendo permanentemente.

Nesta concepção, a avaliação da aprendizagem deve ter sempre uma finalidade exclusivamente diagnóstica, ou seja, ela se volta para o levantamento das dificuldades dos educandos, com vistas à correção de rumos, à reformulação de procedimentos didático-pedagógicos, ou até mesmo, de objetivos e metas. Quando se permite fazer comparações, ela o faz em relação a dois momentos diferentes do desempenho do mesmo educando: verificação do que ele avançou relativamente ao momento anterior de um processo de ensino-aprendizagem. De forma alguma ela pode ser usada para comparar desempenhos de educandos ou de turmas diferentes ou para classificá-los em quadros que revelam hierarquias de desempenhos.

Esta concepção também vê a avaliação como um processo contínuo e paralelo ao processo de ensino-aprendizagem. Por isso, ela é permanente, permitindo-se a periodicidade apenas no registro das dificuldades e avanços do educando.

3 METODOLOGIA

Este trabalho baseia-se em um conhecimento anterior, construído por outros estudiosos e que fornecem subsídios para esta pesquisa. Conforme Minayo (1997), a teoria é um conhecimento de que nos servimos no processo de investigação como um sistema organizado de proposições, ou seja, declarações afirmativas sobre fenômenos e/ou processos, os quais orientam a obtenção dos dados e a análise dos mesmos, e de conceitos, que veiculam seu sentido. Ao se utilizarem de um conjunto de proposições, a teoria busca uma ordem, uma sistemática, uma organização do pensamento e sua articulação com o real concreto.

Segundo Minayo (1997), toda investigação se inicia com um problema, com uma questão, com uma dúvida ou uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais. A questão inicial que serviu de ponto de partida para a realização deste trabalho é a seguinte: 'Quais os limites e as possibilidades de se desenvolver no contexto escolar, uma avaliação qualitativa que visa um processo (progressivo, inclusivo diagnóstico) capaz de contribuir na transformação social dos educandos e educadores?'

Para Ventura (2002, p. 79):

A pesquisa de campo deve merecer grande atenção, pois devem ser indicados os critérios de escolha da amostragem (das pessoas que serão escolhidas como exemplares de certa situação), a forma pela qual serão coletados os dados e os critérios de análise dos dados obtidos.

Para a realização desta pesquisa, utilizou-se um estudo bibliográfico onde foram coletados dados em livros e revistas da área, buscando em vários autores compreender melhor a temática da avaliação da aprendizagem no contexto escolar.

Num segundo momento efetuou-se uma pesquisa de campo, pois se entende que esta possibilita uma maior aproximação e compressão da realidade. Os dados foram obtidos através de entrevista semi-estruturada destinada a equipe diretiva, educadores e educandos (anexos B, C, D).

Os sujeitos da pesquisa foram seis gestores, doze educadores e vinte e quatro educandos de 5ª a 8ª séries. Foram abordadas as seis escolas da Rede

Municipal de Ensino de Constantina/RS, sendo que um gestor de cada escola, dois professores e um aluno de cada série do Ensino Fundamental - séries finais.

O levantamento dos dados foi efetuado no período de 27 de abril a 15 de maio de 2009.

Para a análise e interpretação dos dados partimos da análise de conteúdo sendo feito da seguinte forma de acordo com Trivinos (1996): pré-análise (organização do material), descrição analítica dos dados (codificação, classificação, categorização), interpretação referencial (tratamento e reflexão).

Das seis escolas pesquisadas quatro são localizadas na zona rural do município: Cristóvão Colombo, Bento Gonçalves, Joaquim Nabuco e General Osório e duas pertencem ao perímetro urbano: Santa Terezinha e Amândio Araújo. No texto a seguir uma breve caracterização:

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Cristóvão Colombo é localizada no Distrito de Barra Curta Baixa, funciona em turno único e atende aproximadamente 48 alunos do Ensino Fundamental. Conta com um corpo docente de dez professores, uma diretora, uma coordenadora pedagógica e uma funcionária responsável pela limpeza e merenda escolar. Também é importante ressaltar que a escola oferece a disciplina de Inglês a partir da Educação Infantil.

A Escola Bento Gonçalves é localizada na Linha São Marcos, é localizada na Linha São Marcos, funciona pela parte da manhã e tarde e atende 79 alunos do Ensino Fundamental. O corpo docente da escola é integrado por uma diretora, uma coordenadora pedagógica, uma funcionária responsável pela limpeza e merenda escolar, bem como doze professores.

A Escola Joaquim Nabuco é localizada na Linha Scolari, funciona pela parte da manhã e tarde e atende 59 alunos do Ensino Fundamental. Conta com um corpo docente de dez professores, uma diretora, uma coordenadora pedagógica e uma funcionária responsável pela limpeza e merenda escolar. Também é importante ressaltar que a escola oferece a disciplina de Inglês a partir da Educação Infantil.

A Escola General Osório é localizada na Linha Savaris, funciona em turno único e atende aproximadamente 39 alunos do Ensino Fundamental. O corpo docente da escola é integrado por uma diretora, uma coordenadora pedagógica, uma funcionária responsável pela limpeza e merenda escolar, bem como doze professores.

As quatro escolas supracitadas atende alunos filhos de pequenos agricultores, famílias humildes e que participam e acompanham as atividades escolares dos filhos.

A Escola Santa Terezinha é localizada no centro do município de Constantina e é a maior escola do mesmo. Atende alunos da zona rural e urbana. Atua em três turnos, sendo que manhã e tarde Educação Infantil e Ensino Fundamental e a noite EJA. Totaliza um contingente de aproximadamente 480 alunos. Conta com um corpo docente assim distribuído: uma diretora, duas coordenadoras pedagógicas, uma secretária, uma psicóloga e uma educadora especial, quarenta e cinco professores seis funcionárias responsáveis pela limpeza e merenda escolar. As turmas são compostas por diferentes classes sociais e econômicas, raças e idade, assim diferentes tempos de aprender e de integração família/escola.

A Escola Amândio Araújo é localizada no Bairro São Roque. Atende 312 alunos, moradores do mesmo. A escola possui um quadro de trinta funcionários distribuídos em: Diretora, vice-diretora, coordenadora pedagógica, uma professora para sala de oficinas, uma professora para sala de recursos, uma bibliotecária, uma secretária, uma psicóloga, dezesseis professores e seis serventes. A comunidade local possui um modelo socioeconômico bastante crítico, sendo em sua maioria composto por famílias de baixa renda, grande parte beneficiadas com Bolsa família e Fome Zero.

4 COERÊNCIA ENTRE O DITO, O ESCRITO E O FEITO NO CONTEXTO AVALIATIVO

De acordo com Vasconcellos (1992), a avaliação deve representar para o educando um instrumento de tomada de consciência de suas conquistas e dificuldades e ao educador deve favorecer contínua reflexão de uma prática pedagógica, contribuindo com um planejamento que atenda as reais necessidades dos educandos, considerando as possibilidades e limitações de cada um, sem comparar, nem excluir.

Os sujeitos envolvidos na pesquisa são seis gestores que serão citados de Gestor A a Gestor F, doze educadores que serão mencionados como Educador A a Educador L e por fim vinte e quatro educandos que serão listados numericamente, Educando 1 a Educando 24. Algumas respostas serão sistematizadas para não tornar o trabalho repetitivo, já que os depoimentos se aproximam sendo citados os mais relevantes no decorrer do trabalho.

Através dos questionários e observações realizadas com os educadores, educandos e direções das escolas em questão, constata-se que algumas apresentam certa incoerência entre a teoria e prática. Ao perguntar a direção e educadores sobre a opinião “o que é avaliar? E como as práticas avaliativas contribuem para o sucesso do ensino-aprendizagem?”, as respostas foram unânimes ao considerar que avaliar é necessário e que serve para medir o conhecimento, sendo que estas práticas avaliativas contribuem para o sucesso da aprendizagem. No entanto vale a pena destacar alguns posicionamentos:

Gestor A: “...um processo sistemático que visa proporcionar um conjunto global de experiências adquiridas e ou construídas no decorrer do processo ensino-aprendizagem possibilitando uma reflexão das práticas metodológicas adotadas”.

Gestor C: “É parte do cotidiano com o objetivo através de critérios e instrumentos diversificados saber o nível de conhecimento, os que já acumulou e os que ainda precisam ser abordados e ou retomados”.

Gestor D: “A avaliação existe a fim de possibilitar que o conhecimento construído possa ser aplicado em outras situações do seu dia-a-dia”.

Educador B: “Os processos avaliativos são de suma importância para que se concretize o ensino-aprendizagem”.

Educador F: “As práticas educativas contribuem para a aprendizagem porque faz com que o aluno estude mais e busque cada vez mais para atingir os objetivos da aprendizagem”.

Educador H: “Ao realizar esse processo de avaliação lançamos mão de critérios e instrumentos que abrangem toda a prática pedagógica oportunizando a formação de sujeitos pensantes, críticos e criativos”.

Educador L: “A avaliação deve partir da realidade concreta e intervir nessa mesma realidade em benefício dos envolvidos, respeitando as diferenças e buscando soluções”.

Ao questionar os gestores quanto às práticas realizadas nas salas de aula, se as mesmas estão de acordo com a Proposta Pedagógica da Escola, destaca-se a resposta do Gestor A que fez referência a participação dizendo: “As práticas realizadas em sala de aula seguem a proposta do projeto da escola, demonstrando que os professores estão comprometidos em participar do processo ensino-aprendizagem”.

O gestor C: “O Projeto Político Pedagógico é único, ou seja, construído municipalmente, às vezes, por isso torna-se difícil por em prática a proposta sendo que as escolas apresentam aspectos diferenciados”.

Gestor F: “Sim, as práticas realizadas nas salas de aula estão de acordo com a Proposta Pedagógica da Escola”. Os gestores B, D e E, obtiveram respostas semelhantes ao Gestor F.

O Projeto Político Pedagógico Municipal (2007) foi construído a partir da participação de toda a comunidade escolar, através de reuniões realizadas mensalmente com toda a rede municipal e com a participação efetiva, principalmente dos professores e coordenações pedagógicas. Sua implementação deu-se logo após ter sido construído.

A partir da construção, inicial feita por todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem do município, o mesmo foi adequado a realidade de cada escola. Por mais que seja reconstruído e adequado à necessidade da escola precisa estar sempre em plena atualização ou/e adaptação às mudanças que ocorrem na mesma.

Segundo Vasconcellos (2004), o Projeto tem uma importante contribuição no sentido de ajudar a conquistar e consolidar a autonomia da escola, criar um clima, onde professores e equipe se sintam responsáveis por aquilo que lá acontece,

inclusive em relação ao desenvolvimento dos alunos. De certa forma, é o Projeto que vai articular, no interior da escola, a tensa vivência da descentralização e, através disto, permitir o diálogo consistente e fecundo com a comunidade e com os órgãos dirigentes.

Em relação a pergunta: “Tendo como ponto de partida a prática, o cotidiano escolar, convida-se você para realizar um estudo da realidade resgatando às práticas avaliativas desenvolvidas na sua escola e os instrumentos de avaliação que você considera indispensável para sua prática pedagógica?” o educador B respondeu que:

Todos deverão estar envolvidos com responsabilidade pela melhoria da qualidade do ensino, participando de encontros e reuniões pedagógicas de formação continuada onde a equipe possa estar analisando conjuntamente seu fazer pedagógico, proposto numa visão de totalidade, de participação real dos elementos, como equipe de reflexão com vistas a melhoria da prática escolar.

Subentende-se na referência do Educador B no que diz respeito ao desempenho de cada um, que os educadores têm a função de participar dos cursos e estudos de formação continuada, juntamente com sua equipe, no entanto alguns não assumem o compromisso de melhoria a prática escolar.

A formação continuada é importante para o desenvolvimento pessoal e profissional dos integrantes da comunidade escolar, ela é um dos princípios da organização de uma gestão escolar participativa e democrática. Libâneo (2001, p. 63), cita que a concepção democrático-participativa de gestão valoriza o desenvolvimento pessoal.

Com esta formação o professor aprende e desenvolve as competências, habilidades e atitudes profissionais; remuneração compatível com a natureza e as exigências da profissão; condições de trabalho (recursos físicos e materiais, ambiente e clima de trabalho, práticas de organização e gestão).

Obteve-se como resposta contrária as demais a do Educador K:

A avaliação na minha escola, como em toda a Rede Municipal se dá de forma contínua, ou seja, por conceitos. Eu, particularmente acho que não serve para nada, pois a maioria deles são semi-analfabetos. Se fosse por nota o pai estaria mais ligado e o educando também.

Percebe-se claramente que esse educador concebe a ação avaliativa como um procedimento que se resume a um momento definido do processo educativo, reduzindo a avaliação a uma prática de registro de resultados acerca do desempenho do educando em determinado momento do ano letivo, no sentido de verificação das quantidades de informações absorvidas pelos educandos. Compreende a nota como a própria avaliação, o que é uma distorção, tendo em vista que o objetivo da avaliação é observar o processo de aprendizagem de cada educando e sua conseqüente reorientação, pois a avaliação não pode mais estar limitada ao caráter numérico.

Os demais educadores responderam que cada um parte da realidade de sua escola e que os instrumentos avaliativos são os mesmos do sistema de nota, no entanto, ela não é numerada, mas sim redigida abordando os avanços e o retrocessos dos alunos.

Quanto à prática pedagógica afirmaram que é necessário se adaptar a Proposta de Escola Cidadã, e que julgam importante para a prática educativa conhecer a realidade do educando. Segundo o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal (2007, p. 02):

O paradigma da Escola Cidadã se concebe com o objetivo de ser um espaço educativo de direito social, de construção de novas aprendizagens e conhecimentos, além do fortalecimento das relações sociais próprias à infância e adolescência e de desenvolvimento pessoal e comunitário. Os princípios educativos que fundamentam a prática escolar valorizam o desenvolvimento da potencialidade humana, a inclusão, a igualdade, a democracia, a vida com valores humanistas, a constituição e reconstrução do conhecimento com base no contexto sócio-econômico-cultural, o desenvolvimento sustentável e solidário da comunidade, consciência ecológica, o diálogo o trabalho coletivo e o respeito às diferenças.

Ao questionar os educandos sobre: “De que maneira a escola em que você estuda avalia?”, os educandos 1 a 5, pertencentes a mesma escola (A escola que corresponde ao Gestor A), responderam que são avaliados em todos os momentos, seguindo os princípios estabelecidos pela comunidade escolar e respeitando o jeito de aprender de cada um. O conhecimento é construído e não reproduzido.

Os demais educandos (6 a 24), responderam que a avaliação é feita trimestralmente sendo primeiro pelo educador, segundo pelo educando e terceiro pelos pais que registram nos documentos o que o educando aprendeu e o que ele não aprendeu naquele trimestre, se vai ficar em apoio ou não.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico Municipal (2007), os professores efetuam avaliações no decorrer do trimestre. No final do mesmo os educadores conceitualizam através do parecer descritivo a avaliação do educando, elencando os avanços e os retrocessos do mesmo, bem como os aspectos formativos (responsabilidade, assiduidade, participação, entre outros) e se os educandos seguem os princípios de convivência elencados pela escola. O educando faz uma auto-avaliação sobre o que aprendeu e sobre o que acredita precisar ser retomado e avalia também o trabalho do professor. Os pais também avaliam os filhos, quanto a sua aprendizagem, abordando os avanços que seu filho teve em determinadas disciplinas ou solicitando, se necessário, maior apoio em algumas matérias que julga que o filho tenha dificuldades, também avalia o trabalho dos professores.

Percebe-se que a escola, representada pelo Gestor A na pesquisa, está mobilizada num processo de descoberta coletiva pautada no diálogo entre educador e educando, já que cinco dos seis alunos entrevistados na mesma obtiveram respostas semelhantes, onde o mais importante do que estabelecer objetivos é estabelecer um processo de reflexão e formulação coletivas com os demais membros da comunidade escolar, especialmente com os educandos.

Percebe-se, portanto que as demais escolas não conseguiram estabelecer com seus educandos a idéia de processo, tendo em vista que os mesmos a veem, separada do ensino, apenas no fim de cada trimestre, para estes a avaliação é quantitativa. Ela ainda consiste em promover ou excluir, como comprova na fala do educando 10: “É um momento de expectativa, o final de cada trimestre”.

Porém, ao perguntar aos educandos se gostariam que a avaliação fosse diferente, foram unânimes em dizer: “Não”. Todos afirmaram não ser necessário de mudar a avaliação. No entanto o Educando 7, afirmou que: “O comprometimento por parte de alguns educandos, pais e até educadores precisa melhorar”.

O Educando 9 também abordou que: “Alguns professores não fazem seu trabalho avaliativo, avaliam pela cara do aluno, porque não tem nota, acham que não precisa efetuar avaliações”.

Percebe-se através da resposta dos educandos que a falha não está no processo e sim na metodologia de alguns educadores que se distanciaram da proposta deixando transparecer descomprometimento com a mesma. Expondo-se a opiniões daqueles educandos que querem expor sua cidadania, dividir suas opiniões

é como diz Oliveira (1999, p. 46) “já não falta prédios e educadores. Falta educadores capazes de fazer educação”.

Ao perguntar aos educandos se o resultado da avaliação auxilia-os em melhorar sua aprendizagem os mesmos responderam:

Educando 1: “Vejo que o processo de avaliação feito pela escola é muito avaliativo, porque o educando não é julgado, não se expõem notas”.

Educando 7: “Eu acho muito bom, porque dessa forma pode-se expressar tudo o que sentimos e perguntar tudo o que queremos, se posicionando e aprendendo coisas novas”.

Educando 9: “Se o educando está com dificuldade no conteúdo, as oficinas de apoio o ajudam, a sanar essas dificuldades, pois quando a avaliação não era processual, muitos reprovaram e eram taxados de incompetentes pelos colegas e pela escola e dificilmente conseguiram superar esse trauma”.

Educando 20: “É um método inovador, muitos ainda não se adaptaram, não se conscientizaram que precisa mais dedicação e participação de toda a família escolar”.

Através das respostas dos educandos pode-se verificar que os mesmos conseguiram sistematizar a reflexão sobre o processo de avaliação desenvolvido na Rede Municipal de Educação, compreendendo inclusive os entraves de ordem social o que é comum em todo o processo de transformação.

No entanto, nota-se pelos apontamentos elencados pela equipe diretiva e os educadores que a falta de coerência da ação escolar com a realidade do planejamento torna-se um dos principais entraves na solução dos problemas de aprendizagem. É preciso assumir uma nova postura pedagógica, capaz de solucionar ou, ao menos, amenizar esses problemas, não apontando culpados e sim unindo forças na busca de soluções através de ações concretas que consistam no avanço do processo ensino-aprendizagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande objetivo da avaliação é de ser um processo dialógico, interativo capaz de resultar em uma ação transformadora com sentido de promoção social, de coletividade, de humanização, visando um ser melhor, mais crítico, autônomo e participativo.

Por isso, educadores e educandos dentro do processo ensino/aprendizagem, devem caminhar juntos. O primeiro precisa identificar exatamente o que quer e o segundo tem de ser parceiro. Essa negociação se dá através da discussão coletiva de critérios desenvolvendo um processo de negociação a partir daquilo que ambos conhecem/sabem/almejam.

Assim sendo, a avaliação da aprendizagem no contexto escolar pressupõe a educação enquanto espaço educativo, de direito social, de construção de novos saberes e aprendizagens, de crescimento, de formação, de inclusão, de democracia, respeitando as diferenças e as necessidades individuais, descobrindo assim, quais estratégias a escola terá que desenvolver para efetivamente poder incluir cada sujeito.

Outro ponto analisado relaciona-se àqueles educadores que por algum fator se mantém afastados do processo e nessa prática a avaliação consiste em julgar o fracasso ou o sucesso de quem aprende, sendo assim, um instrumento de discriminação e seleção. Desta forma, lamentavelmente, abre-se mão da avaliação enquanto ação x reflexão x ação.

Sendo a avaliação um processo em construção, o educador tem que se fortalecer com a pesquisa, tanto do ponto de vista acadêmico, dos estudos, como a própria prática. Não adianta participar de cursos e seminários, se ao voltar para a escola não reformula sua prática pedagógica.

O estudo realizado possibilitou uma maior compressão dos desafios apresentados na construção de uma nova concepção de avaliação que implica não somente em construir uma nova concepção, mas, principalmente, desconstruir uma outra, classificatória e excludente, enraizada no sujeito e nas estruturas administrativas e acadêmicas da sociedade vigente.

A partir desta pesquisa foi possível conhecer os critérios avaliativos relevantes para educandos e educadores que são diferenciados daqueles que

geram a competitividade, já que a avaliação é feita através de pareceres, onde os educandos avançam ou retrocedem. Se ocorrer o segundo os educandos possuem a possibilidade de em turno inverso através de oficinas de aprendizagem recuperar ou melhorar seu ensino-aprendizagem com o auxílio dos educadores. Os educandos mostraram-se satisfeitos com o processo avaliativo e a maioria dos educadores também.

Neste sentido, constitui-se como um processo que indaga os resultados apresentados, as trajetórias percorridas, os percursos previstos as relações estabelecidas entre pessoas, saberes, informações, fatos e contextos, revelando a evolução dos indivíduos e descobrindo a forma de integrá-los ao processo ensino-aprendizagem.

Portanto o ato de avaliar, não é um ato sobre alguma situação, pessoa ou objeto, é sim um processo contínuo agregado a critérios claros e precisos para diagnosticar com maior nitidez o processo educativo, tornando a avaliação um ato dinâmico que imprime uma direção às ações do educador e do educando. Exigindo de ambos comprometimento, participação, análise das ações, replanejamento, elaboração, desenvolvimento coletivo e acima de tudo, aprimoramento das relações escolares.

REFERÊNCIAS

BRIGGS, J. & PEAT, F. D. **Espejo y reflejo: del caos al orden**. Barcelona, Gedisa, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HABERMAS, J. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo. Brasiliense, 1990.

HOFFMANN, J. M. L. **Contos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. **O jogo do contrário em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática** 3.ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MINAYO, M. C. de S. et al. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, I. M. **O desafio da educação para um novo tempo**. 2. ed. Rio de Janeiro, 1999.

PENNA FIRME, T. **Avaliação: tendências e tendenciosidades**. Ensaio: revista da Fundação Cesgranrio. Rio de Janeiro, v.1, n.2, jan./mar. 1994.

PERRENOUD, P. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Projeto Político Pedagógico Municipal. Constantina: Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação da aprendizagem**: práticas de mudança. São Paulo, Libertad, 1998.

_____. **Planejamento**: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. 13. ed. São Paulo: Libertad, 2004.

VENTURA, D. **Monografia jurídica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

ANEXOS

Anexo A – Consentimento informado

O presente questionário é parte integrante dos instrumentos de coleta de dados da pesquisa “Avaliação no contexto escolar” que tem por objetivo conhecer e especificar os limites e as possibilidades de desenvolver no contexto escolar uma avaliação qualitativa, capaz de inserir educandos, educadores e gestores no processo educacional de maneira a contribuir com o progresso individual e coletivo da classe a fim de ter a avaliação como um processo capaz de transformação social dos educandos e educadores.

Essa pesquisa é realizada sob a orientação da educadora Andréa Tonini do Curso de Pós – Graduação *Latu Sensu* em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria. Fica resguardado a identidade do respondente da referida entrevista sendo desnecessário o nome ou algo que o identifique. As repostas aqui contidas serão utilizadas para a análise da referida pesquisa.

Eu,....., aceito participar da referida pesquisa e autorizo os dados coletas para publicação.

Desde já agradecemos a sua participação.

Cirlei Pozza Bressan (orientada)

Andrea Tonini (orientadora)

Anexo B – Questionários para os diretores

Este questionário é parte integrante da pesquisa: “Avaliação no contexto escolar” realizada pela acadêmica Cirlei Pozza Bressan, sob a orientação da educadora Andréa Tonini do Curso de Pós – Graduação *Latu Sensu* em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria.

1. O que é avaliar? E como as práticas avaliativas contribuem para o sucesso ensino-aprendizagem?

2. As práticas nas salas de aula estão de acordo com a Proposta Pedagógica da Escola?

Anexo C – Questionários para os educadores

Este questionário é parte integrante da pesquisa: “Avaliação no contexto escolar” realizada pela acadêmica Cirlei Pozza Bressan, sob a orientação da educadora Andréa Tonini do Curso de Pós – Graduação *Latu Sensu* em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria.

1. O que é avaliar? E como as práticas avaliativas contribuem para o sucesso ensino-aprendizagem?

2. Tendo como ponto de partida a prática, o cotidiano escolar, convidamos você para realizar um estudo da realidade resgatando às práticas avaliativas desenvolvidas na sua escola e os instrumentos de avaliação que você considera indispensável para sua prática pedagógica.

Anexo D – Questionários para os educandos

Este questionário é parte integrante da pesquisa: “Avaliação no contexto escolar” realizada pela acadêmica Cirlei Pozza Bressan, sob a orientação da educadora Andréa Tonini do Curso de Pós – Graduação *Latu Sensu* em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria.

1. De que maneira a escola em que você estuda avalia a sua aprendizagem?
E o que faz com os resultados?
2. Você gostaria que a avaliação fosse diferente? Em que aspectos?
3. Os resultados da avaliação auxiliam você em melhorar a sua aprendizagem, ou ela é simplesmente para medir o seu conhecimento?